

## **O ESPAÇO AMERICANO COMO RESULTADO DE UM DISCURSO DE ALTERIDADE.**

Harley Abrantes Moreira – Mestre em História (UFRN)

### **RESUMO**

Neste artigo, estaremos discutindo a América como um espaço construído a partir de discursos de alteridade, elaborados na historicidade do continente em sua relação com a Europa e as idéias produzidas por esta acerca do espaço americano, desenhado como território distante, bárbaro e inferior.

Palavras chave: América, espaço, discurso, alteridade.

A América não existia antes da chegada do Europeu, não possuía esse nome nem os sentidos e significados que ele representa. O espaço americano não é natural, é resultado da ação, muitas vezes discursiva, de pessoas enquanto agentes históricos. Primeiramente, é necessário esclarecer nossa perspectiva de espaço. É nosso dever aqui relativizá-la, problematizá-la, colocá-la no rol das coisas forjadas no calor e nos embates da história, daquelas que se constroem pelos homens e mulheres, que são inventadas pelos mesmos. Ao fazermos isso, estaremos retirando essa categoria da companhia de tudo o que é evidente, óbvio, que sempre esteve lá, que existe em si como um dado da natureza a ser apenas percebido em sua pureza, retratado em sua existência *apriori*. O espaço que nos propomos pensar é um substantivo de múltiplos significados e possibilidades, irmanado ao tempo, é ponto de partida para todo e qualquer tipo de história, mas não só um ponto de partida como também caminho e chegada.

Dessa forma, nos contrapomos a uma noção de espaço moderna que lhe considerava um cenário<sup>i</sup>, um lugar dentro do qual os objetos existem e são observados, algo natural e físico, separado, portanto, dos sujeitos, agentes da história. Este pensamento favorece a atitude de pensar o espaço enquanto um objeto dado, natural, “que já estava lá”. Nesse sentido é que precisamos pensar a América historicamente, ou

seja, como um continente que nunca foi natural ou pré-existente mas que, em um dado momento da história foi inventado, não foi “descoberto”, mas criado a partir de discursos que lhe atribuíam uma fisionomia de acordo os interesses de poder de sujeitos históricos intimamente marcados pelo lugar do qual se pronunciavam: a Europa.

Um dos livros que, no âmbito historiográfico, apóiam nossa reflexão corresponde ao principal trabalho na obra de Edmundo O’Gorman: *A invenção da América*.

Historiador mexicano de formação híbrida, com graduação em Direito, Mestrado em Filosofia e Doutorado em História, O’ Gorman escreve *A invenção da América* em 1955, após trabalhar por quatorze anos no Arquivo Geral da nação, no México (1938-1952).

O livro, possuidor de um grande rigor documental, levanta a tese de que o sentido de América não existia no ato da “descoberta”: Foi construído a partir da idéia de um descobrimento que não corresponderia à realidade dos fatos, ou de algo que pelos documentos sabe-se que aconteceu, mas de uma idéia acerca daquilo que de fato ocorreu<sup>ii</sup>. Portanto, a noção de que a América já existia antes de Cristóvão Colombo e que esperava por sua descoberta, para o autor, é um dos grandes dogmas da História.

Ao longo da primeira parte do livro, que tem por título “História e crítica da idéia do descobrimento da América”, O’Gorman trabalha a construção da concepção de que a América foi descoberta. O autor realiza esta tarefa através da averiguação de documentos escritos ao longo de cinco séculos, partindo dos textos a respeito do mais antigo relato da viagem de Colombo, “a lenda do piloto anônimo”, e finalizando com o livro de Samuel Eliot Morison: “Admirable of the ocean sea”, escrito em 1942. Entre o primeiro relato e o último material, analisa os escritos de Gonzalo Fernandes de Oviedo, Francisco Lopes de Gómora, Fernando Colombo, Bartolomeu de Las Casas, Antônio de Herrera, Beaumont Amparo, William Robertson, Martins Fernandez Navarrete, Washington Irving e Alexandre Von Humboldt.

Para O’Gorman, era inútil examinar o fato. Necessário era averiguar as interpretações deste fato, “o que já era, em si, um fato outro, tão histórico quanto o primeiro” (O’GORMAN, 1992,p.27). Portanto, a idéia de que a América foi descoberta, que já existia como “coisa descobrível em si”, não corresponderia a um fato histórico e sim a um sentido dado a algo que de fato aconteceu: a viagem de Colombo. Perceber esta construção corresponderia ao esclarecimento do aparecimento da noção de América

dentro da cultura Ocidental. Neste sentido, o autor afirma que a idéia de América não é uma premissa anterior a ela e sim uma reflexão histórica posterior(Ibdem, Ibd: 68).

Particularmente importante aqui é a reflexão feita por O’Gorman de que o mal que estaria na raiz de todo o problema do processo histórico da idéia de descobrimento é a suposição de que este espaço de terra sempre foi e sempre será a América. Para o autor, a América teria se tornado tal a partir do momento em que se atribuiu a ela esta significação e a insistência na idéia de América como um descobrimento se deve à necessidade de atribuir ao continente um significado, enquadrando-o dentro de uma forma eurocêntrica de dar sentido ao mundo.

Compreender que a América já era o continente americano, antes da chegada do europeu, à espera de ser descoberto, é naturalizar um espaço que foi construído por sucessivas camadas de discurso ao longo de cinco séculos de História. No processo que formava tal elaboração alguns enunciados foram retomados em momentos diferentes transformando escritos sobre a América em discursos sobre a mesma. Nesse sentido, Michel Foucault, no livro *A Ordem do Discurso*, ao tratar do problema dos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, fala do comentário como gênero literário e explica a existência dos discursos que estão para além de sua formulação:

Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedades onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no correr dos dias e das trocas, que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam dele, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além da sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer.<sup>iii</sup>

Quando Foucault explica que existe um desnivelamento entre os discursos, fala que alguns deles são corriqueiros, pertencem à ordem do cotidiano e passam com o momento e a circunstância que os produziu, diferentemente, outros dão origem a uma série de falas que os retomam, tornando clara a relação entre um texto primeiro e um segundo que diz algo além do primeiro, mas que também o conserva. Quando este segundo diz algo além, inaugura um novo que, a despeito do dito, está naquilo que lhe cerca, que se põe à sua volta.

É dessa forma que compreendemos a produção dos espaços mediados pelos discursos: através dos textos que não se encerram no ato da sua produção, mas se desdobram em múltiplos, provocando um conjunto de falas que dão corpo a um discurso, o qual cria um passado, cria o espaço e atua no imaginário que se constrói com ele. Muitas vezes, isso acontece com um enunciado, é o caso de uma das mais famosas linhas da carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o escrivão da frota de Cabral escrevia: “em nessa terra se plantando tudo dá”.

Deixando de lado o problema exegético da frase - que, se tomada no contexto do escrito, revela que o fruto a ser plantado era a catequese dos índios, e não qualquer tipo de agricultura em resposta à exuberância da natureza<sup>iv</sup> - o enunciado “em se plantando tudo dá” reclama sentidos que se ramificam justificando das falas sobre a preguiça atribuída à formação étnica brasileira, legitimando, em muitos momentos, a própria pobreza, aos dizeres que afirmam ser o Brasil o país do futuro. A multiplicação de textos a partir de enunciados como este, podem consolidar também um núcleo discursivo que, fiel a este enunciado, atravessa gerações, produz o efeito do familiar, daquilo que só pode ser assim, que sempre foi e será desta maneira.

Os discursos movimentam a história, atravessam e são atravessados pelo tempo, criam significados para acontecimentos que conquistam novos sentidos, cristalizam conceitos, preconceitos, estereótipos, ordenando o mundo com suas coisas, com seus espaços. Compreender o poder e a maneira de atuação do discurso é pensar, também, a construção do próprio sentido. O que existe está à espera de um sentido, o qual faz daquilo que existe algo existente, e isso só é possível através da linguagem, é ela que faz nascer a vida fecundada e o próprio espaço.

Entre as obras de Enni Orlandi, o livro por ela organizado, *O Mito do Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional* trata,

em seu primeiro artigo, da questão da produção do sentido tomando o caso da chegada portuguesa ao território tupiniquim, um episódio que revelava um mundo novo, com seres, coisas e paisagens ociosas e ocas, vazios de significados. É neste momento de encontro dos europeus com o lugar vazio que vão surgindo os sentidos. Eles surgem através do que se dizia sobre este lugar e do ato de dar nome às coisas e, dessa maneira, a construção do sentido vai criando o espaço.

Os enunciados, que não se encerravam nas circunstâncias que os produziam, mas que se desdobravam em outros, no fluxo da história, se constituíam enquanto núcleo de um discurso fundador, o qual criava uma nova memória, a partir de uma ruptura. No rastreamento destes dizeres fundadores, revela-se a significação do sem sentido em sentido, percebendo-se o desenvolvimento da ideologia do “ser brasileiro” em um imaginário composto por discursos, são eles que criam uma região de sentidos, na qual se desenvolve o processo de identificação de uma cultura, de um país, de uma localidade.

Para Orlandi (2003:23), os dizeres estão presentes nos discursos que vazam a história e fazem com que um ser humano recém-nascido não inaugure sua própria historicidade, mas já chegue atravessando a cadeia de elos que resulta na criação contínua do mundo e dos espaços, pois, ao nascer, entramos em um processo já instalado de produção discursiva que, através destes dizeres e de enunciados, dá sentido ao estado de coisas que encontramos e reencontramos e, nisso, cria novos espaços. É preciso ressaltar, no entanto, que aquilo que é encontrado, quase sempre é aquilo que está ou que foi colocado “lá”, em nossa reflexão, é sempre o outro, ou seja, a América, o objeto do discurso, no caso, o europeu.

Nesse sentido, afirmamos que memórias se constroem, mitos se constroem, espaços são construídos, assim como as regiões, a partir de discursos sobre o outro. É possível falar o que quisermos sobre os outros e, dependendo de nosso lugar de fala, é provável que nossos dizeres a respeito de uma dada espacialidade se reproduzam no imaginário social ao fundarem uma tradição de discursos que, uma vez subjetivados por uma coletividade, edificam espaços de alteridade construídos na mediação da linguagem. A compreensão destas edificações pode ser iluminada por algumas reflexões motivadas pela leitura de Tzvetan Todorov.

Autor de obras como *Eu e os Outros* e *A Conquista da América*, Todorov realiza uma reflexão sobre identidade e alteridade, ou ainda, como a comunicação atua de maneira essencial na conquista do outro e, em última análise, como a linguagem participa da construção deste outro, sendo possível, através de alguns de seus livros, pensar em como os europeus constróem os americanos e os outros povos. Dentro do círculo de Praga, defende, tal qual Ferdinand Saussure, que a Língua é uma estrutura com vida própria, entretanto, acrescenta que esta é uma estrutura funcional, existe para atender a objetivos sociais e, um bom exemplo disso, seria o “enunciado”, com sua função de dar sentido, diferente da palavra, que tinha por objetivo explicar.

Os sentidos criados pelos enunciados serviam, em muitos casos, a interesses dentro da relação eu-outro que representa uma das variantes da problemática da linguagem como construtora do espaço americano. Para Todorov, três eram as vertentes da questão da alteridade:

É preciso distinguir entre pelo menos três eixos, nos quais pode ser situada a problemática da alteridade. Primeiramente um julgamento de valor, (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho auto-estima...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então, assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro, há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento superiores e inferiores.<sup>v</sup>

É nesse sentido que Todorov nos desperta para uma questão significativa: a de que as construções espaciais se dão de formas “presunçosas”, partindo do pressuposto de que o lugar de onde partem os discursos representa o ponto de vista central e superior a partir do qual o diferente é o outro periférico. Citando Giordano Bruno, Todorov comenta que a terra não é o centro do universo:

Não somente a terra não é o centro do universo, como nenhum outro ponto físico o é; a própria noção de centro só faz sentido em relação a um ponto de vista particular: o centro e a periferia são noções tão relativas quanto as de civilização e barbárie(e até mais)<sup>vi</sup>.

Foi nessa perspectiva da Europa como centro e do novo continente como periferia que o espaço americano foi se consolidando como algo bruto, natural e pré-existente que vai conquistando significados a partir de atos criadores dos europeus como a chegada destes nas novas terras o que foi chamado de ‘descobrimento’, as obras artísticas européias como romances ou pinturas acerca dos ameríndios e da natureza americana ou ainda as cartas a respeito do novo continente como a de Pero Vaz De Caminha. Todos estes produtos culturais europeus dirigidos à América atuaram na invenção do novo continente na perspectiva de um outro distante, exótico, bárbaro e inferior.

Outro trabalho que colabora com nossa reflexão sobre a América como um espaço inventado por discursos de alteridade que atuavam na invenção do novo continente sob a perspectiva de inferiorizá-lo é o livro de Ronald Ramineli *Imagens da colonização*. Nele o autor trabalha as imagens dos povos indígenas construídas pelos europeus nos primeiros séculos da colonização e a assimilação dos ameríndios no imaginário ocidental. Um dos resultados dessa produção cultural européia sobre os ameríndios foi a construção da imagem do bárbaro relacionada a este e ao espaço americano.

A palavra bárbaro tem sido usada, desde a antiguidade clássica para caracterizar um Outro diferente e inferior, demarcando a presença do poder e também da conquista ou da opressão dentro das relações de alteridade. O termo começou a ser usado na Grécia antiga para se referir às populações vizinhas e destacar a superioridade da Civilização Grega. Aristóteles, tentando sistematizar o problema da escravidão, concebeu os bárbaros espécie humana inferior e, segundo Ronald Ramineli, neste mesmo contexto grego, a palavra contrastava a *polis* à vida natural destacando a cidade como espaço próprio para o desenvolvimento das potencialidades humanas, enquanto o bárbaro vivia imerso no caos, em um mundo sem normas, sem regras.

A partir do século VI d.C, *barbarus* equivaleria a *paganus*. Sendo empregado, não apenas para os descrentes no evangelho, mas para os indiferentes à verdadeira razão, inviabilizando a vida na “Cidade de Deus” com suas lutas e combates fratricidas. No caso da América, os bárbaros eram os índios de corpos nus, guerreiros e canibais, a propósito disto, guerras, nudez, canibalismo e falta de centralização política sempre

teriam sido costumes próprios dos bárbaros e, no contexto do período colonial brasileiro, o conceito teria sido fortemente utilizado na representação européia dos ameríndios a favor do projeto colonizador.<sup>vii</sup>

O caso desse termo pode ser exemplar para a questão de como uma palavra pode se tornar um núcleo discursivo e de como este discurso pode se reproduzir sendo recuperado em diferentes momentos históricos, cada um deles, agregador de novos significados capazes de acrescentar uma “massa” de conteúdo que vai confirmar o discurso fundador ou “original” que, no caso da barbárie, pode ser essencial para a compreensão de como o espaço americano vai se formando na perspectiva da inferiorização do outro, o que lhe leva a ocupar o lugar da periferia global dentro da ordem política do período colonial nas Américas.

Dentro do contexto das relações de alteridade trabalhadas por Tzvetan Todorov no livro já citado, fica claro o tipo de olhar e o conteúdo discursivo lançado sobre os ameríndios no momento em que o espaço americano se configurava a partir da produção de imagens européias, especialmente no momento em que este autor trata do discurso do religioso Las Casas que se colocava contrariamente aos argumentos de Sepúlveda, um representante dos interesses da cúpula católica que se valia da existência de ritos astecas como os sacrifícios humanos para afirmar a selvageria e inferioridade dos índios. Para Las Casas, que teria se convertido ao que Todorov chama de “perspectivismo”, as práticas indígenas deveriam ser entendidas a partir de seu próprio sistema de crenças.

Las Casas acabou por adotar uma nova posição, assumindo o que poderia se chamar de “perspectivismo” no seio da religião. Vimos que ele toma precauções para lembrar que o deus dos índios, embora não seja o “verdadeiro Deus”, é assim considerado por eles... Mas reconhecer que o deus deles é verdadeiro para eles não significa dar um passo na direção de um outro reconhecimento, a saber, que o nosso Deus é verdadeiro para nós – somente para nós? O que resta então de comum e universal não é mais o Deus da religião cristã, ao qual todos deveriam chegar, mas a própria idéia de divindade, daquilo que está acima de nós; a religiosidade e não a religião.

“Será mais fácil para ele aplicar esse princípio ao caso geral da alteridade e, conseqüentemente, evidenciar a relatividade da noção de “barbárie” (ele parece ser o primeiro a fazê-lo na época moderna): cada um é o bárbaro do outro; basta, para sê-lo, falar uma língua que esse outro ignora: para ele será apenas um burburinho. “Um homem será chamado de bárbaro quando comparado a outro, por ser estranho em seus modos de falar e por pronunciar mal a língua do outro (...) Segundo Estrabão, livro XIV, essa era a principal razão pela qual os gregos chamavam os outros povos de bárbaros, isso é, porque



pronunciavam mal a língua grega. Mas, desse ponto de vista, não há um homem ou uma raça que não seja bárbaro em relação a um outro homem ou outra raça.<sup>viii</sup>

Salvo exceções como a de Las Casas, setores políticos, administrativos, artísticos ou a partir da ortodoxia católica e protestante atuavam na produção imagética e discursiva da América a partir de um ponto de vista europeu que inventava um novo continente na perspectiva de acomodá-lo na periferia do mapa mundial como uma espécie de monturo criado para receber valores rejeitados pela cultura europeia pretensiosamente civilizada. Na medida em que se inventava um continente inferior a Europa construía sua identidade de superioridade a partir da tarefa “messiânica” de civilizar os menores, os bárbaros, os inferiores.

De tal maneira o espaço americano foi se construindo para assumir essa função específica dentro do sistema colonial e, neste texto, procurou-se, justamente, suscitar apontamentos de como os discursos de alteridade podem ter atuado na construção de uma América que, por muitos séculos, se construía na perspectiva do outro inferior dentro das relações de poder entre os continentes americano e europeu. Essa identidade construída “também” de forma discursiva era importante para a compreensão do que era a América e só mudaria definitivamente no século XX, quando o mundo assistiu o nascimento de uma potência imperialista que, desta vez, não estava na Europa...

---

<sup>1</sup> Acerca da construção da idéia moderna de espaço ver SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção de significado de uma cartografia. São Paulo: UNESO, 2002.

<sup>2</sup> O’GORMAN, Edmund. **A invenção da América**. Unesp, SP. 1992, p.26.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Ed. Loyola. São Paulo, 1996, p.22.

<sup>4</sup> Sobre essa interpretação particular da carta de Pero Vaz de Caminha, ver ORLANDI, 2003:12, onde a autora resgata trecho do documento original em que a formulação da frase não corresponde exatamente a

---

essa citada e tão conhecida. De qualquer modo, mais importante para Orlandi não é discutir o sentido do autor no ato da escrita, mas o funcionamento de suas imagens enunciativas na “versão que ficou”, ou seja, no discurso que fundou um imaginário e prosseguiu no tempo, refundando-o.

<sup>5</sup> TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do outro**. Martins Fontes, São Paulo, 2003, p.269.

<sup>6</sup> Ibidem, ibdi.p.280.

<sup>7</sup> Sobre isso, ver RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Jorge Zahar/Fapesp/Edusp, 1996, p. 53.

<sup>8</sup> TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: A questão do outro**. Martins Fontes, São Paulo, 2003, p. 274.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 3ed. Recife: FJN. Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 5ªed,1997.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Ed. Loyola. São Paulo,1996.

O’GORMAN, Edmund. **A invenção da América**. Unesp, SP. 1992.

ORLANDI, Eni P **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Enni. **O Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3ed. São Paulo: Pontes, 2003.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização**. Rio de Janeiro/São Paulo: Jorge Zahar/Fapesp/Edusp, 1996.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção de significado de uma cartografia**. São Paulo: UNESO, 2002.

---

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: A questão do outro. Martins Fontes, São Paulo, 2003.

**ARTIGOS:**

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault**. Revista Aulas, Dezembro 2006/Março 2007. Dossiê: Foucault, nº3.